



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA EDUCAÇÃO
PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
PROGRAMA DE CIÊNCIAS HUMANAS
LICENCIATURA INTEGRADA EM HISTÓRIA E GEOGRAFIA**

BRUNA DOUZANE DA SILVA

ELISEU PINTO TEIXEIRA

**A (IN)VISIBILIDADE DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA NO ENSINO DE
HISTÓRIA NA ESCOLA “SÃO SEBASTIÃO”, EM MURUMURUTUBA NO
MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA (2015-2017)**

SANTARÉM-PA

2017

**BRUNA DOUZANE DA SILVA
ELISEU PINTO TEIXEIRA**

**A (IN)VISIBILIDADE DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA NO ENSINO DE
HISTÓRIA NA ESCOLA “SÃO SEBASTIÃO”, EM MURUMURUTUBA NO
MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA (2015-2017)**

Trabalho de Conclusão de Curso –
modalidade Artigo - apresentado ao
Programa de Ciências Humanas do
Instituto de Ciências da Educação da
Universidade Federal do Oeste do Pará, no
âmbito do Plano Nacional de Formação de
Professores (ICED/UFOPA/PARFOR)
como requisito para obtenção do título de
Graduado em Licenciatura Integrada em
História e Geografia sob orientação do
Prof.º MsC. Wilverson Rodrigo Silva de
Melo.

SANTARÉM-PA

2017

BRUNA DOUZANE DA SILVA
ELISEU PINTO TEIXEIRA

A (IN)VISIBILIDADE DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA NO ENSINO DE HISTÓRIA NA ESCOLA “SÃO SEBASTIÃO”, EM MURUMURUTUBA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA (2015-2017)

Trabalho de Conclusão de Curso – modalidade Artigo - apresentado ao Programa de Ciências Humanas do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará, no âmbito do Plano Nacional de Formação de Professores (ICED/UFOPA/PARFOR) como requisito para obtenção do título de Graduado em Licenciatura Integrada em História e Geografia sob orientação do Prof.º MsC. Wilverson Rodrigo Silva de Melo.

Data de Apresentação: 19/12/2017.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.º. Wilverson Rodrigo Silva de Melo (Orientador)

Mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Prof.ª. Maria Clara Figueira Printes (Examinadora 1)

Especialista em Coordenação Pedagógica pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)

Prof.ª. Valdenira Silva de Melo (Examinadora 2)

Especialista em Ensino de História do Brasil pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)

A (IN)VISIBILIDADE DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA NO ENSINO DE HISTÓRIA NA ESCOLA “SÃO SEBASTIÃO”, EM MURUMURUTUBA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA (2015-2017)

SILVA, Bruna Dolzane da¹

TEIXEIRA, Eliseu Pinto²

MELO, Wilverson Rodrigo Silva de³

RESUMO: O legado afro, desde os primórdios, integra uma configuração de elementos que forma a cultura brasileira, manifestada na dança, no gestual, na religiosidade, nos hábitos alimentares e na forma de ver a vida. Nesse contexto, a história afro-brasileira é resultado dessa fusão cultural que transcende as estruturas físicas e se enraíza na alma dos afro-brasileiros. Este trabalho busca desenvolver uma análise explorando as determinações da lei 10.639/03 e 11.645/08 e as representações e os significados de suas preposições para o cotidiano, tanto na prática docente, como na discente a partir de alterações propostas para o currículo escolar do sistema formal da educação brasileira. Para atingir esse objetivo, a pesquisa foi realizada na Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental “São Sebastião”, situada na comunidade de Murumurutuba, área de planalto do município de Santarém-PA. A metodologia empregada, neste estudo, foi pesquisa bibliográfica sobre o ensino de História e cultura afro-brasileira e a pesquisa de campo possuindo uma abordagem qualitativa e quantitativa de caráter descritivo/ exploratório. O instrumento de coletas de dados foi por meio da aplicação de questionários semiestruturados para alunos do Ensino Fundamental (séries finais) e 1 (uma) professora de História.

Palavras-chave: Cultura Afro-brasileira. Ensino de História. Murumurutuba. Escola São Sebastião.

ABSTRACT: The Afro legacy, from the beginning, integrates a configuration of elements that forms the Brazilian culture, manifested in dance, gesture, religiosity, eating habits and the way of seeing life. In this context, Afro-Brazilian history is the result of this cultural fusion that transcends physical structures and is rooted in the soul of Afro-Brazilians. This work seeks to develop an analysis exploring the determinations of law 10.639/03 and 11.645/08 and the representations and meanings of their prepositions for daily life, both in the teaching practice and in the student from proposed changes to the school curriculum of the system formal education. To achieve this goal a bibliographical and field research was carried out. The field where it was held at the Municipal School of Early Childhood Education and "San Sebastian" Elementary School, located in the community of Murumurutuba, plateau area of the municipality of Santarém-PA. The methodology used in this study was a bibliographical research on the teaching of Afro-Brazilian history and culture and approaching field research with a qualitative and quantitative approach of descriptive / exploratory character. The instrument of data collection was through the application of semi-structured questionnaires for primary school students (final series) and 1 (one) history teacher.

Keywords: Afro Brazilian Culture. Teaching History. Murumurutuba. São Sebastião School.

¹ Acadêmica do Curso de Licenciatura Integrada em História e Geografia (2013 A) por meio do Plano Nacional de Formação de Professores (PARFOR) Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). **E-mail:** brunadol19@gmail.com, eliseuteixeira@hotmail.com

² Acadêmico do Curso de Licenciatura Integrada em História e Geografia (2013 A) por meio do Plano Nacional de Formação de Professores (PARFOR) Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA).

³ Orientador. Mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Docente no Instituto de Ciências da Educação (ICED) da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). **E-mail:** w.rodrioghistoriador@bol.com.br

INTRODUÇÃO

A cultura afro-brasileira resultado de um longo processo histórico de interação entre aspectos políticos e socioeconômicos, tem sido reconhecida em virtude da relevância de reconhecer as consequências psicológicas para os negros e negras, dentro de um processo social globalizado que não reflete a sua face e sua cultura com o processo educativo.

Levando em consideração a lei 10.639/03 e 11.645/08, tendo como eixo norteador o Plano de Implementação Lei e as Diretrizes curriculares Nacionais e sua importância no que concerne à formação cultural étnicorracial Brasileira, à luz da interpretação de alguns estudiosos, proporcionando pesquisas sobre a cultura afro-brasileira em suas mais variadas influências, dentro de uma perspectiva abrangente, ou seja, de modo a entrelaçar as mais diversas linhas de conhecimento no campo da educação e cultura.

As mudanças ocorridas no Brasil e no mundo nos últimos cinco séculos, especialmente no início do século XXI, tem levado grande número de educadores e estudiosos a discutir e problematizar diversos temas em relação à educação brasileira, no que concerne aos equívocos presentes nas relações sociais discriminatórias, com evidência na questão racial, presente nos projetos pedagógicos e propostas curriculares das escolas públicas e particulares da Educação Básica até o nível superior em todo o país.

Constitui-se como objeto deste trabalho abordar a temática da diversidade cultural tendo como foco a Lei 10.639/03 e 11.645/08 que trata da implementação do Ensino de História afro-brasileira; dessa forma, comenta-se sobre as mudanças ocorridas no contexto escolar. Vê-se que há uma grande lacuna entre o papel social da escola e as práticas educativas, tornadas para a formação integral do aluno, no universo da diversidade, pois, enquanto instituição política e social, a escola tem o compromisso não só de reconhecer, mas valorizar e conduzir de forma ética a pluralidade étnica e cultural, como forma de transformar as ideologias preconceituosas presente no seio social.

Portanto, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar o trabalho em relação ao ensino de História da cultura afro-brasileira, no ensino

fundamental na Escola “São Sebastião”, na comunidade Murumurutuba. Quanto aos objetivos específicos, buscou-se identificar e avaliar de forma crítica, a partir da bibliografia selecionada, o que significa para alguns estudiosos a implementação da lei 10.639/03 e 11.645/08, e quais as habilidades devem ser utilizadas para que a lei seja concretizada, no intuito de combater ao racismo, ao preconceito, fatores de exclusão do negro na sociedade.

Nessa perspectiva, desenvolveu-se um diálogo com autores renomados que abordam e discutem a questão racial escolar, a partir da interpretação à luz das Leis 10.639/03 e 11.645/08, como por exemplo: Munanga (2008), que discute em sua obra a luta e a superação do racismo na escola; Ribeiro (2008), foca a História e Cultura afro-brasileira na Escola; Mattos, destaca o debate sobre História e cultura afro-brasileira; Lino & Munanga (1996); Kronbauer e Troer (2009), em educar para a convivência na Diversidade. Além destes, muitos outros autores contribuíram para a construção deste trabalho

Primeiramente, fez-se uma análise de cunho bibliográfico, com base em autores que tratam da temática. Em seguida, comentou sobre os PCNs, em relação à introdução da diversidade na Educação Básica e, finalmente, fora abordada a questão da inclusão da diversidade no currículo escolar.

1 O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA: MÉTODOS E LEGISLAÇÃO

1.1 O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA SOB A ÓTICA DOS PCNs

Vários são os tipos de manifestações culturais presentes na complexa teia das relações étnico raciais da sociedade brasileira. Construída ao longo dos séculos, a cultura brasileira passou por um alto grau de miscigenação. Mas antes de falar de “cultura brasileira”, convém estabelecer conceitualmente “o que é cultura?” Existem várias definições e teorias que compreendem o conceito de cultura de formas variadas, entretanto, este trabalho adotará o conceito de cultura fundamentado na noção de Meksenas (2005), o qual

assevera que “cultura pode ser entendida como tudo aquilo que resulta da criação humana e, por isso, envolve as dimensões do ser humano: suas crenças, artes, tecnologia, instituições etc”.

Partindo de tal premissa, compreende-se que a humanidade desde suas origens, continua produzindo e reproduzindo no contexto social, no político-cultural, no educacional e na diversidade. Nessa perspectiva, e sob o ponto de vista sócio étnico cultural, o termo diversidade passa a ser então, a construção de valores, crenças, estilos e visão de mundo, que nos leva a refletir sobre a cultura, com característica popular.

De acordo com Munanga (2008,p.20)

A presença dos estereótipos nos materiais pedagógicos pode promover a exclusão, a cristalização do outro em funções em papéis estigmatizados pela sociedade, a auto rejeição e a baixa autoestima, que dificultam a organização política do grupo estigmatizado.

Nesse sentido, observa-se que ao problematizarmos a Cultura, não apenas em relação às diferenças, mas também no que diz respeito às particularidades de povos e nações, permitimos uma compreensão mais apurada em relação ao conceito de Cultura, numa dimensão mais ampla.

Apesar das várias formas interpretativas sobre cultura, para não ficar tão somente com a ideia de uma Cultura erudita, acadêmica e científica, destaca-se, neste texto, um enfoque conceitual político, de cultura como resistência, como forma estratégica de protestar contra o poder dominante, como por exemplo, a reação dos negros ao organizarem-se em quilombos, durante a escravidão.

Ao enfatizar a cultura como um conhecimento político ideológico não se pode esquecer de que, no contexto escolar, continua reproduzindo-se como um conjunto de conhecimentos que são construídos nas relações sociais familiares, nas experiências adquiridas pelos mais velhos, nos conhecimentos da memória ancestral da convivência de vários povos, assim como tudo aquilo que é saber do povo, de produção anônima ou coletiva.

Portanto, sabe-se que Vannucchi (1999,p.108):

“Uma das características da cultura popular é o fenômeno da apropriação das manifestações particulares, por alguns de seus grupos pelo resto da sociedade, sendo até transfiguradas em símbolos nacionais.

Neste sentido, falar da diversidade intercultural no Brasil, significa levar em consideração as origens das famílias, e reconhecer que, no conjunto de cada grupo social, sempre vai existir, na relação com os outros, indivíduos que não são iguais, que tem suas características próprias, seja em gênero, etnia, cor ou sexualidade, valores definidos pela própria trajetória e experiências de vida.

Contudo, ao abordar os conteúdos sobre a História Afro-brasileira em sala de aula, compromete-se com a responsabilidade de propiciar uma reflexão, sobre o racismo sobre, a discriminação social e etnia, procurando valorizar a diversidade étnica especialmente no contexto escolar.

Segundo Ribeiro (2008, p.51).

A participação do negro no segmento da formação brasileira, três dimensões são fundamentais: a história, a memória e as práticas culturais. A memória, ao lado da identificação com certos valores culturais, aponta fortes sinais que vem pautando os elementos que compõem a participação da população negra na cultura brasileira, com toda multiplicidade que ela carrega.

Nessa direção, considera-se que muitas práticas e expressões culturais da população negra no Brasil estão fundamentadas no princípio da coragem, resistência e não submissão. Isso significa que as representações simbólicas do negro, no campo da diversidade cultural e dos direitos humanos, a partir da Lei 10.639/03 e 11.645/08, têm sido referência constante na literatura atual que trata da temática, retroalimentando uma educação antirracista para o foco das formas combater presentes no espaço escolar, e em outros espaços, onde ocorrem as manifestações culturais.

Rotulados como descendentes de escravos ou filhos de escravos, as crianças, os jovens e adultos, que frequentam a escola pública, nas diversas regiões do país, enfrentam cotidianamente o peso da intolerância, do racismo e do preconceito cruel e desumano, simplesmente por “serem de cor”.

Ao serem expostos constantemente ao estereótipo negativo, sejam nos livros didáticos, jornais, revistas e outros do gênero, esses alunos tendem a se

inferiorizar diante da classe, uma vez que as representações simbólicas de subalternidade passam a ser parâmetro para atuação enquanto um sujeito histórico.

No entanto, o imaginário coletivo da sociedade brasileira, ainda, é marcado, pela forte presença de uma ancestralidade africana, que se retroalimenta cotidianamente no cenário nacional, através de inúmeras práticas culturais, artísticas e religiosas, resultado do legado africano, advindos dos sujeitos sociais, que aqui aportaram no contexto escravista de colonização portuguesa, entre os séculos .XVI e XIX

Concomitantemente, ingerimos que a história da educação brasileira, nas últimas décadas, tem passado por importantes debates acerca do ensino da História afro-brasileira no contexto escolar. Segundo as Leis de diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu art. 1º, (2007 p-17):

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições da sociedade de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

A partir dessa reflexão, é importante, destacar que, de acordo com a Constituição Federal, em seu art. 6º: [...] são direitos sociais a educação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta constituição (CF,1999, p. 11).

Isso mostra que, durante toda a história do Brasil, a população negra foi vítima da negação dos direitos mais importantes, como a liberdade e a vida. De acordo com os PCNs (1997):

A escola, na perspectiva de construção de cidadania, precisa assumir a valorização da cultura de sua própria comunidade e, ao mesmo tempo, buscar ultrapassar seus limites, propiciando às crianças pertencentes aos diferentes grupos sociais o acesso ao saber, tanto no que diz respeito aos conhecimentos socialmente relevantes da cultura brasileira no âmbito nacional e regional como no que faz parte do patrimônio universal da humanidade (1997 p. 34).

Dessa forma, não há como negar que a escola, como veículo de produção e reprodução ideológica, voltada para a constituição de saberes,

possa ausentar-se da sua responsabilidade social, no que diz respeito ao enfrentamento das desigualdades crônicas e históricas da sociedade brasileira.

Ao concordar com tal afirmação, destaca-se a falta de autonomia de alguns professores em algumas escolas como um dos principais entraves à construção de uma educação cidadã, haja vista que algumas escolas, na maioria das vezes, encontram-se atreladas a um conjunto de princípios técnicos pedagógicos padronizados e burocráticos, onde o planejamento escola nem sempre traduz o anseio da comunidade escolar e, muito menos, do público alvo atendido por ela. Sendo assim, torna-se difícil, para os gestores, e para os professores valorizar práticas educativas, não valorizadas pelos projetos educativos, socializados com a comunidade escolar, por meio de uma gestão democrática e participativa.

Para Fonseca (2007):

Tratar da invisibilidade dos negros na historiografia educacional brasileira, é uma tarefa que entendemos como fundamental, pois no Brasil, esse tem sido um tema frequente dos debates educacionais e das Ciências Humanas, mas ainda não mobilizou os pesquisadores em história da educação (Fonseca,2007, p.13).

No tocante a isso e considerando a extensa literatura que trata da relação da pluralidade cultural no contexto da educação brasileira, parte-se do princípio que os estudos que buscam valorizar o ensino da História e da Cultura Afro-brasileira e africana passaram por um longo caminho de invisibilidade, construído em sua trajetória como uma bandeira histórica de luta dos movimentos sociais negros e que, só recentemente, as conquistas vieram, por meio da aprovação da Lei 10.639/03 e 11.645/08. Assim, de acordo com Vicent Defourny, representante da UNESCO no Brasil:

Essa lei é um marco histórico para a educação e a sociedade brasileira, por criar via currículo escolar, um espaço de diálogo e de aprendizagem, visando estimular o conhecimento de história cultura da África e dos africanos, a história e cultura dos negros no Brasil e suas contribuições na formação da sociedade brasileira nas suas diferentes áreas, social, econômica e política.

Assim, ao construir uma educação, edificada nos princípios da igualdade, da liberdade, e no respeito às diferenças, inclusiva e democrática, tal cenário tornou-se um dos maiores desafios deste século.

1.2 AS LEIS 10.639/03 E 11.645/08 E A CULTURA AFRO-BRASILEIRA NO ENSINO DE HISTÓRIA

Entende-se, historicamente, que a educação brasileira conviveu com manifestações racistas e discriminatórias nos espaços escolares, a ponto de interpretar como um processo naturalizado e regado. Tais ações devem ser , ao longo dos séculos, desconstruídas a partir da discursão da diversidade étnico racial na formação dos educadores, seja na cidade, seja no campo, seja na várzea.

Segundo Munanga (2008,p.21):

A formação de professores que não tiveram em sua base de formação a história da África, a cultura do negro no Brasil e a própria história do negro de um modo geral se constitui no problema crucial das novas leis que programaram o ensino da disciplina nas escolas (2008, p. 21).

Isso implica inferimos que, embora de forma limitada, as formações já aconteçam no município de Santarém , infelizmente, ainda não contempla todos, pois se encontram em grandes dificuldades, como a resistência por parte de alguns educadores e principalmente, por parte dos próprios alunos.

Nesta direção, entende-se que as diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana justificam e fundamentam a inserção da lei, que tem como objetivo ajustar tiranias, extinguir discernimentos e causar a inclusão social e a cidadania para os indivíduos abarcados pelo sistema educacional do Brasil. A partir de experiências vivenciadas, percebe-se que embora a maioria dos professores admitam ter presenciado fatos discriminatórios sentem dificuldades de falar sobre o assunto.

No contexto destas práticas, entende-se que as Leis 10.639/03 e 11.645/08 são ações afirmativas que buscaram reparar as lacunas presentes em um currículo que, até então alienou a todos os governantes, os gestores

escolares, os professores, os alunos e os pais de vivenciarem uma escola mais livre e democrática, plural e acolhedora, respeitando as diferenças existentes em seu meio.

Na alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação com a sanção da conhecida lei 10.639/03 determinaram-se os seguintes artigos:

Art. 26 – A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1ª – O Conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2ª – Os Conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”.

De acordo com Ortiz (2005), o preconceito está presente na escola; nas séries iniciais, constata-se falta de materiais que tragam imagens positivas do negro, demonstrando a discriminação sofrida pelas crianças na escola. Muitas vezes o preconceito em sala de aula é omitido pelos próprios professores, que preferem se calar, ao invés de discutir o assunto e propor alternativas para que ele seja erradicado.

A escola é um ambiente privilegiado para se iniciar o processo de conhecimento da diversidade cultural brasileira e a promoção do respeito a todas as diferenças decorrentes desta pluralidade, uma vez que é um espaço onde convivem crianças de várias etnias, classes sociais, crenças e culturas distintas; podendo direcionar o aprendizado ao respeito mútuo e o convívio democrático com a diferença.

Contudo o que ainda se observa é que nas escolas a História da África ainda se resume em assuntos repassados sobre escravidão, candomblé, capoeira. Ao falar sobre as religiões de matriz africana como o candomblé os professores deixam evidente toda a sua desaprovação sem parar para pensar que pode está discriminando um aluno. Pois ninguém se diz racista, porém o preconceito com a cultura negra é evidente através de ações e expressão da corporeidade..

Acredita-se que, para surtir melhorias no ensino e combate ao racismo de frente, deve ser usada uma nova história, a historiografia do tempo somada a visibilidade do sucesso dos negros, do hip-hop, do samba, mostrar que há heróis negros, há atrizes negras renomadas, modelos negras bem sucedidas despertando assim o orgulho na criança das suas raízes.

Para que a escola seja um espaço democrático de vivências e experiências positivas, é necessário também que os docentes da Educação Básica estejam preparados para desenvolver práticas mais ousadas e positivas dos conhecimentos adquiridos a partir de sua formação, seja na rede municipal, seja na estadual de ensino, seja no público seja no privado.

Sabe-se que a inclusão específica da temática afro-brasileira ainda é pouco na formação inicial dentro das Universidades. Conforme Souza e Oliveira (2009), a formação inicial deve capacitar os professores para a compreensão e a vivência do paradigma da diversidade.

Os professores devem procurar construir uma nova proposta educacional que atenda a todos os alunos em suas especificidades e diferenças.

Para se concretizar, em termos reais, essa escola idealizada, é preciso assegurar condições físicas e infraestruturais, recursos especializados e capacitação dos professores que é uma tarefa mais difícil, pois requer mudança de mentalidade da grande maioria dos gestores, além de um grande investimento financeiro. Além disso, é preciso garantir o processo de profissionalização dos docentes, para lhes dar melhores condições salariais e de trabalho, sobretudo, numa época de intensificação e diversificação da prática laboral, que requer, ainda, a necessidade de instauração de uma nova prática inclusiva. (SOUZA; OLIVEIRA, 2009, p. 4).

Deve-se assumir a diversidade, posicionando-nos contra as diversas formas de dominação, exclusão e discriminação. Acredita-se que com a lei 10.639/03 essa realidade pode ser repensada, pois os professores estão sendo cobrados a fim de que obtenham a formação necessária nessa temática para a melhoria da qualidade de suas aulas e o cumprimento desta lei. Caminha-se para uma escola idealizadora, com prática inclusiva e para isso, são necessárias transformações na escola, principalmente, na prática dos professores.

Constata-se, atualmente, a preocupação no âmbito escolar pela conquista de espaço, tendo em vista a formação e o conhecimento da cultura afro brasileira. De fato, vê-se vemos crescer nas várias regiões do Brasil movimentos negros com a integração de assuntos relacionados à sua cultura, em dialogo com os demais assuntos do currículo escolar.

Além de o assunto ser tema também de estudos de especializações e de mestrados e doutorados. Muitos destes estudos têm pouco colaborado para que a problemática da cultura afro seja conhecida e desvendada na educação básica isso porque os estudos acadêmicos têm dificuldades de transpassar os muros da universidade.

Todavia, o Brasil começa a enveredar por um caminho de resgate da cidadania deste povo, consolidando uma caminhada de respeito e de valorização destes povos que ainda marcam profundamente o povo brasileiro.

Constata-se com isso a identificação de um processo educacional que visa corrigir os erros até então cometidos e as injustiças para com este povo. No processo educativo, o ganho se dá pelas correções que poderão pouco a pouco eliminar a concepção histórica negra da história, que é deturpada, na qual os sujeitos africanos são retratados apenas como escravos nos livros didáticos, como se em nada tivesse contribuídos ao processo histórico e civilizatório, no que tange à história do povo brasileiro.

E, para haver uma mudança dessa concepção ideologicamente implantada na nossa sociedade ao longo dos anos, deve-se trabalhar a identidade étnica em todos os níveis da educação. Pois as práticas de racismo fazem parte do cotidiano da vida aos brasileiros, sendo socialmente aceitos e conformados. Como elas sofrem índios, negros, judeus e também etnias como os japoneses. [...], as práticas racistas constroem-se e são reiteradamente repetidas à parte de preconceitos, frutos da ignorância que grupos étnicos tidos como superiores têm a acerca da história das organizações e modo de vida daqueles inferiores (CHIAVENATO, 1987, p. 168).

Nesse sentido, a cultura afro tem ganhado espaço na mídia nos últimos anos no que diz respeito à valorização de sua cultura em relação dança, aos costumes, a música, arte e História. Essa valorização tem sido tema de debates entre os intelectuais, em cursos de formação continuada, e em produções de trabalhos no meio científico, envolvendo a lei 10.639/03, foi complementada pela lei 11.645/08, com o objetivo de divulgar o teor aos

profissionais da educação, por tratar da obrigatoriedade da História e Cultura afro-brasileira no âmbito educacional.

Portanto, é necessário que a sociedade e principalmente a escola desenvolva o senso crítico em relação ao envolvimento e as discussões, no que se refere ao conhecimento da cultura afro-brasileira, visto que a escola é uma entidade a qual desenvolve no seu currículo valores como ética, respeito às diferenças, entre outros visando, prioritariamente, a formação pleno do ser humano.

2. UMA ANÁLISE SOBRE A (IN)VISIBILIDADE DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA NO ENSINO DE HISTÓRIA NA ESCOLA “SÃO SEBASTIÃO”, EM MURUMURUTUBA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA (2015-2017)



Imagens da Escola São Sebastião no Quilombo de Murumurutuba

Fonte: Bruna Douzane

Ano: 2017

2.1. CARACTERIZAÇÃO DO LÓCUS

A escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental “São Sebastião” começou a funcionar em 1969. É uma escola quilombola, localizada no Quilombo de Murumurutuba, quarenta e sete quilômetros do centro urbano, na região do Planalto no município de Santarém-PA, Estado do Pará, tem como acesso a Rodovia Santarém-Curua-Uná.

Inicialmente, a escola funcionava em um barracão de palha, construído pelos comunitários ao lado da igreja com o ensino de 1ª a 4ª séries, a primeira professora foi Santana da Mora Nogueira, renumerada pelos próprios pais; neste período trabalhava também a professora Maria Isabel Batista, mas somente em 1972, a Prefeitura de Santarém passou a assumir a responsabilidade da escola contratando a professora Evanil Marinho Pinto.

Em 1975 foi inaugurado o primeiro prédio escolar construído na gestão do prefeito Paulo Imbiriba Lisboa, esse prédio passou por reformas em 1978, na administração do prefeito Antônio Guerreiro Guimarães com o aumento da demanda de alunos foi contratada a professora Maria das Graças Dezincourt Amaral em 1981, e trabalhou na escola até 1988 com a professora Evanil. Com a saída da professora Maria das Graças foi contratado, em 1990, o professor Mario Fernando Martins Bentes até 1996; em 1995 a professora Evanil Marinho Pinto; aposentou-se ,no período de 1990 a 2006, a escola funcionou como anexo da escola São Raimundo da Palestina.

Em 1996, a professora Neide Vasconcelos Silva foi contratada para trabalhar na escola até 1998 e, neste mesmo ano, a professora Elenice Martins Bentes assumiu os trabalhos da escola até 2002. No ano de 1999, funcionou uma turma do programa de Aceleração de Aprendizagem, SENDO Mario Fernando Martins Bentes o coordenador do projeto na escola; neste ano iniciou uma turma de 3ª etapa do Ensino Supletivo e concluíram a 4ª etapa no ano de 2000.

Em 2000, foi implantado o ensino de 5ª a 8ª séries com uma turma de 42 alunos de 5ª série, e atuaram como professores Mário Fernando Martins, Gecineide Nascimento, Elenice Martins. Neste mesmo ano, foi inaugurado o novo prédio da escola no dia 28 de junho na gestão do prefeito Joaquim de Lira

Maia, composto por duas salas de aula, uma secretaria, área de recreio, cozinha e depósito para merenda escolar. Em 2003, concluiu os estudos a 1ª turma de Ensino Fundamental Regular e atuavam como professores Mário Martins, Gecineide Nascimento, Dalva Ferreira, Cristiane Marinho.

2.1.2 PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

Este trabalho adota o estudo de caso, concentra os esforços analíticos sobre a temática da História afro-brasileira na escola São Sebastião no Quilombo de Murumurutuba; conforme Gil (1999) o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um objeto, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, tarefa praticamente impossível, mediante os outros tipos de delineamentos considerados, acrescentando que o estudo de caso é uma experimentação que tem por objetivo investigar um fenômeno e o seu contexto de realidade.

A presente análise empregou o método bibliográfico e documental, por meio da pesquisa a artigos, trabalhos acadêmicos, bem como livros pertinentes à temática abordada. Segundo Fachin (1993, p. 102),

A pesquisa bibliográfica diz respeito ao conjunto de conhecimentos humanos reunidos nas obras. Tem como base fundamental conduzir o leitor ao conhecimento de determinado assunto, à produção, coleção, armazenamento, reprodução, utilização e comunicação das informações coletadas para desempenho da pesquisa.

Desse modo, a pesquisa bibliográfica consiste em ser desenvolvida tendo como base apenas materiais ou pesquisas já elaboradas, constituindo-se principalmente de livros, teses, dissertações e artigos científicos. O trabalho também empregou a pesquisa documental, por meio da análise do PPP da escola, Segundo Pádua (1997, p. 62):

A pesquisa documental é aquela realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos (não fraudados); tem sido largamente utilizada nas ciências sociais, na investigação histórica, a fim de descrever/comparar fatos sociais, estabelecendo suas características ou tendências.

Percebe-se certa semelhança entre as pesquisas bibliográfica e a documental, mas a diferença entre essas pesquisas reside na natureza de suas fontes, pois a pesquisa documental vale-se de materiais que não ganharam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados em consonância com os objetos da pesquisa.

Assim, além de considerar os documentos de arquivos, instituições, igrejas, sindicatos, há também aqueles que já foram processados, mas podem adquirir outras explicações. Na pesquisa documental, acontece quase o mesmo processo da pesquisa bibliográfica, só que se utiliza um material mais diferenciado e que pode ser obtido em órgãos públicos ou até em instituições privadas; na bibliográfica, as fontes dos dados da pesquisa são por meio de materiais localizados em bibliotecas, com foco nas leis 10.639/03; 11.645/08; LDB 9496.

Para o melhor entendimento do objetivo desta pesquisa, aperfeiçoando seu real foco, faz-se imprescindível o correto emprego do método. Após as leituras e fichamentos de textos especializados da área e documentos, procedeu-se a análise, explanação e a discussão dos mesmos, abarcando, nesse roteiro, a verificação dos dados levantados. Assim, com o intuito de desenvolver esta pesquisa e alcançar os objetivos propostos, seguiram-se certos métodos e técnicas de auxílio, como o método de abordagem indutivo.

A temática do tratamento da cultura afro no ensino de História nas escolas básicas é carente de investigações na academia, e seus desdobramentos ainda desafiam as próprias políticas públicas no Brasil.

Assim, o presente estudo foi realizado segundo o método descritivo-quantitativo. Conforme Teixeira (2003), a pesquisa quantitativa emprega a linguagem da descrição matemática para a descrição das causas dos fenômenos e apresenta os dados coletados, valorizando tabelas, gráficos e quadros. É descritivo, pois de acordo com Vergara (2005), a pesquisa descritiva demonstra características de determinada população ou determinado fenômeno, sem que haja o compromisso de explicá-los, ou seja, observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos sem manipulá-los. A pesquisa foi realizada na cidade de Santarém-Pará/Brasil, mais precisamente

em uma escola localizada na Região do Planalto, no Quilombo de Murumurutuba um marco temporal de 2015 a 2017.

Na pesquisa também foi empregada o uso de questionários aplicados na escola, numa amostragem de universo de 1 (uma) professora e 10 (dez) alunos. De acordo com Lakatos & Marconi (2005, p. 225), universo ou população é o “conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam pelo menos uma característica em comum”.

Considerando que esse instrumento tem como vantagens a economia de tempo, além de atingir maior número de pessoas simultaneamente e obter respostas mais rápidas e mais precisas; há maior liberdade nas respostas, em razão do anonimato, há menos risco de distorção, pela não influência do pesquisador, entre outras. (MARCONI; LAKATOS, 2005)

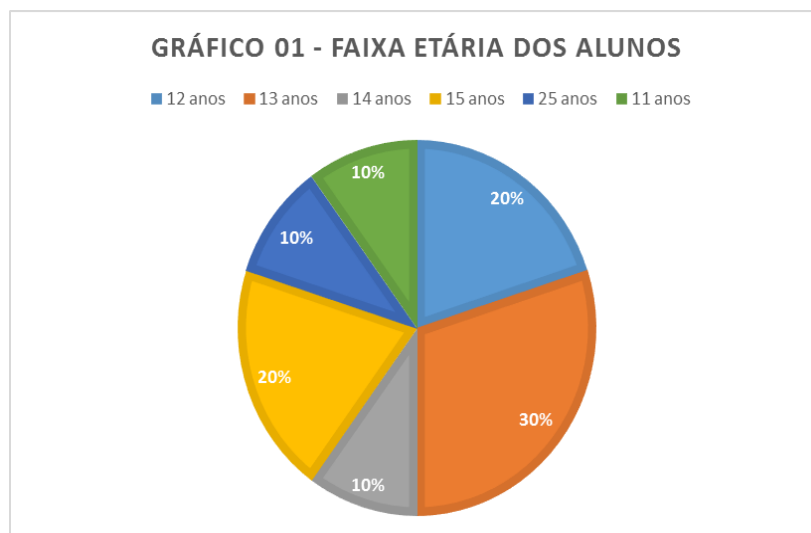
Os questionários de 8 (oito) questões abertas e fechadas, foram divididos em 2 (duas) partes distintas, sendo destinados aos alunos. Na primeira, com objetivo de traçar o perfil dos colaboradores e na segunda referente aos aspectos relacionados ao conceito de quilombola e sua percepção da cultura afro-brasileira nas aulas de História.

A aplicação de questionário com a professora regente de História, constou de 10 (dez) questões abertas e fechadas. No início deste questionário, as primeiras questões buscaram traçar um perfil dessa colaboradora e as posteriores trataram das questões relativas à prática e ao tratamento dado a cultura afro-brasileira em sala de aula.

2.2 A PERCEPÇÃO DISCENTE EM RELAÇÃO A CULTURA AFRO-BRASILEIRA

Conforme anunciado acima, a pesquisa contou com a colaboração de 10 (dez) alunos do Ensino Fundamental, matriculados na escola selecionada para pesquisa. O questionário utilizado na pesquisa foi formulado com 8 (oito) questões abertas e o mesmo trata de itens ligados à docência em língua materna, buscando conhecer as peculiaridades na atuação profissional das colaboradoras da pesquisa. Assim, as perguntas e respostas as seguintes:

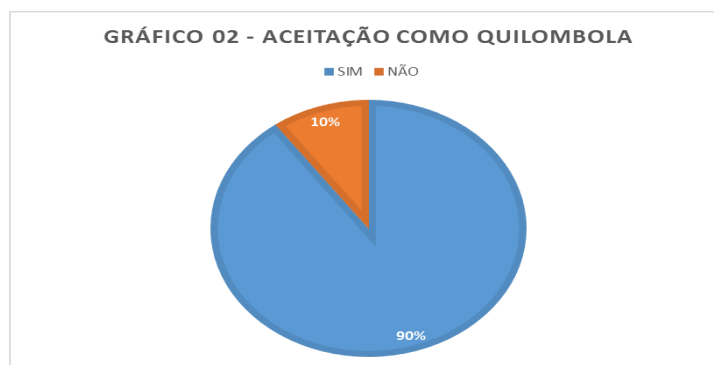
Na primeira pergunta foi questionado “Qual sua idade e há quanto tempo estuda na escola São Sebastião?”; assim pretendia-se conhecer o tempo de vivência do colaborador, como aluno da instituição e sua idade. De acordo com as respostas desenvolveu-se o gráfico 01.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2017.

Conforme o Gráfico 01, a idade dos colaboradores é, em sua maioria, 13 anos, seguido pelos alunos com 12 e 15 anos e apenas um informante com 25 anos. Todos os colaboradores são alunos regularmente matriculados na escola São Sebastião. Com esta faixa etária, espera-se que os informantes já possuam uma compreensão do que é a cultura afro e de como ela está presente no cotidiano escolar.

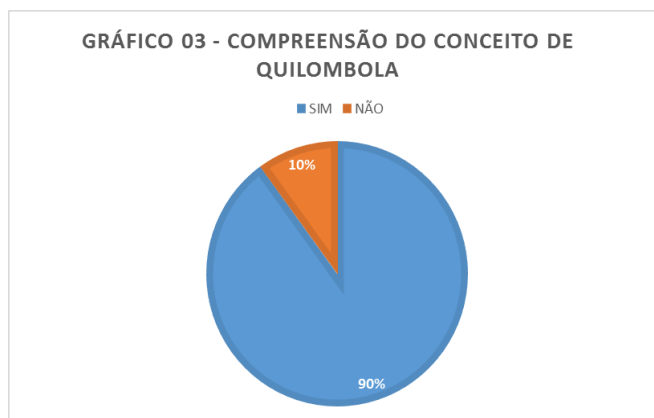
Na segunda pergunta foi questionado “Você se define como quilombola, sim ou não? Justifique”, onde se buscou-se conhecer a percepção do colaborador, se havia confirmação ou não em torno da aceitação como quilombola. Com base nas informações, obteve-se o gráfico 02.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2017

Conforme o Gráfico 02, apenas 1 (um) aluno não se define como quilombola, já os demais se define afirmativamente como quilombola. Estes argumentam ser resultado de suas raízes com a cultura afro por meio da vivência e o contato constante com a cultura dos antepassados.

Na terceira pergunta, foi questionado “Na sua concepção, o que é ser quilombola?”, para verificar o entendimento do que é ser e como o colaborador compreendia ser quilombola. Com base nas informações, obteve-se o gráfico 03.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2017

Conforme o Gráfico 03, ao questionar sobre o conceito de quilombola, a maioria dos colaboradores mostrou compreender o significado e representação dessa importante consideração de identidade da cultura. Ou seja, para ser quilombola é necessário haver uma motivação e relação com a cultura afro-brasileira.

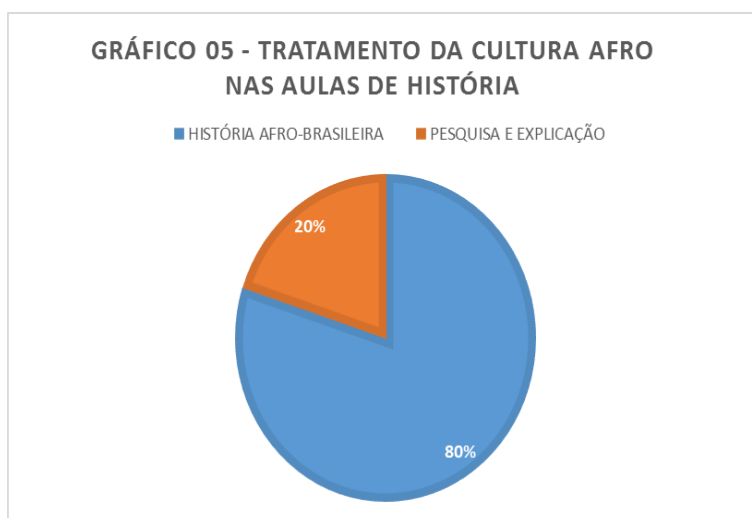
Na quarta pergunta, foi questionado “De que forma você percebe a cultura afro-brasileira no cotidiano da escola em que estuda?”, para conhecer como o colaborador via o tratamento da cultura afro no dia a dia da escola. Com base nas informações, obteve-se o gráfico 04.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2017

Conforme o gráfico 04, a maioria dos alunos consegue perceber a presença da cultura no cotidiano escolar. Isso é reflexo das atividades no âmbito cultural para mostrar por meio de técnicas como essa cultura está inserida nos variados contextos.

Na quinta pergunta, foi questionado “Como a cultura afro-brasileira é tratada nas aulas de História em sala de aula?”, com ênfase nas aulas de História, buscou-se conhecer como ocorre a abordagem da cultura afro nessas aulas. Com base nas informações, obteve-se o gráfico 05.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2017

Conforme o Gráfico 05, percebe-se que os informantes veem a cultura em sala de aula, por meio da História. O diálogo que a lei vem propor deve ultrapassar o âmbito da escola, ir muito além dos currículos formais que se praticam no sistema escolar atual. A função social e política da escola extrapola a escolha das metodologias inovadoras, como a criação de leis e a preparação de jovens para o mercado de trabalho.

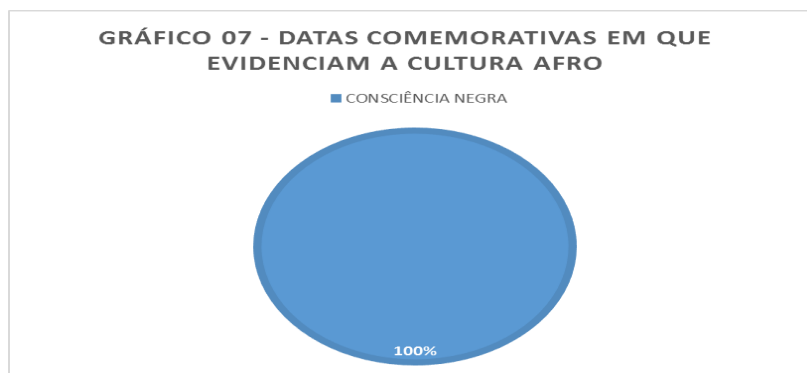
Na sexta pergunta e antepenúltima, questionou-se “Quais estratégias são utilizadas para trabalhar a cultura afro-brasileira nas aulas de História?”, pretendia-se saber as formas e quais as atividades eram utilizadas para tratar da cultura afro em sala de aula. Com base nas informações, obteve-se o gráfico 06.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2017

Segundo as informações obtidas, entre as estratégias utilizadas são bem variadas. Ou seja, a docente busca os meios diversos para estimular a compreensão da história e cultura, não como algo mecânico, mas com significado para o aluno e para haver relação com sua vivência

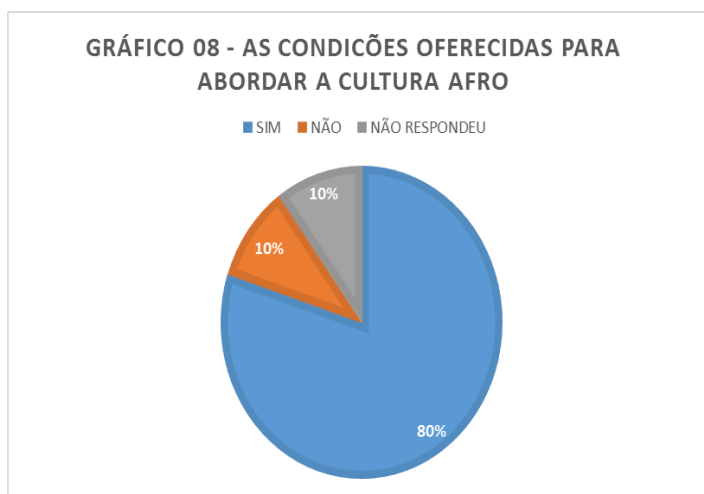
Na sétima e penúltima pergunta, questionou-se “Em quais ocasiões ou datas comemorativas, você vê uma maior e menor atenção a cultura afro-brasileira dentro da escola?”, indagou-se sobre as ocasiões em que a cultura ficava em evidência na instituição escolar. Com base nas informações, obteve-se o gráfico 07.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2017

Conforme os informantes, o período da Consciência Negra, no mês de novembro, ganha destaque, pois as escolas quilombolas e movimentos ligados a cultura afro desenvolvem programação cultural para conscientizar e divulgar a cultura nos diversos meios. No caso da Escola São Sebastiao, a mesma desenvolve uma programação em que alunos, funcionários e professores se articulam para promover a cultura afro e apresenta-la as pessoas interessadas em conhecê-las.

Na oitava e última pergunta foi questionado “A instituição escolar em que você estuda oferece as condições necessárias para o tratamento adequado a cultura afro-brasileira?”, para conhecer como o colaborador via os recursos utilizados no tratamento da cultura na escola. Com base nas informações, obteve-se o gráfico 08.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2017

Conforme as informações, na visão dos informantes, a Escola São Sebastião oferece as condições ideais para abordar a cultura afro. É importante que a escola possua essas condições, pois assim é possível proporcionar atividades e metodologias condizentes com interesses dos alunos e seus conhecimentos.

2.3. A VISÃO DA DOCENTE DE HISTÓRIA ACERCA DOS DESAFIOS PARA ABORDAR A CULTURA AFRO-BRASILEIRA EM SALA DE AULA

A colaboradora da pesquisa é docente de História no Ensino Fundamental e atua na Escola Municipal “São Sebastião”. O questionário destinado a esta colaboradora foi constituído por 10 (dez) perguntas abertas, permitindo uma ampliação da resposta do colaborador.

Na primeira pergunta “Qual seu grau de escolaridade? Cursa ou concluiu pós-graduação?”, pretendia-se conhecer a formação da colaboradora. Assim, obteve-se a seguinte resposta:

Superior. Especialização em História e Cultura Afro-Brasileira.

A colaboradora possui formação superior em História e pós-graduação na área de cultura afro-brasileira, esses requisitos são relevantes, pois mostram que a informante possui ‘bagagem’ teórica necessária para abordar os temas ligados à matéria de História e cultura afro-brasileira de maneira satisfatória, em sala de aula.

Na segunda “Há quanto tempo trabalha como docente de História na escola São Sebastião? Como aconteceu essa inserção?”, buscava-se conhecer o tempo de experiência na regência de História e seu ingresso na instituição “São Sebastião”. Assim, obteve-se a seguinte resposta:

10 anos de docência em história. Aconteceu a inserção pela minha formação na área de história.

Conforme a resposta, percebe-se que a colaboradora tem bastante tempo de atuação na matéria de História, aliada a graduação e especialização, assim a mesma possui um arcabouço ideal, tanto teórico quanto prático, para um exercício mais efetivo e abordagem mais dinâmica da cultura afro nas aulas de História.

Na terceira pergunta “Você se define como quilombola, sim ou não? Justifique.”, pretendia-se conhecer como a colaboradora se definia. Assim, obteve-se a seguinte resposta:

Sim. Pelo histórico de vida, das raízes dos meus pais.

A colaboradora se define como quilombola, essa aceitação é muito relevante, pois se torna o tratamento das informações e atividades docentes com maior satisfação e foco. Assim, ao abordar sua cultura no exercício profissional, torna a atividade mais prazerosa de realizar, além de incentivar os alunos a dela fazerem parte.

Na quarta pergunta “Na sua concepção, o que ser quilombola?”, buscou-se verificar como a colaboradora concebia o conceito do que é ser quilombola. Assim, obteve-se a seguinte resposta:

São pessoas que moram no quilombo e se reconhecem como quilombola e tem raízes afro.

Percebe-se que a mesma compreende o conceito de ser quilombola. Ter essa concepção é importante, pois auxilia no desenvolvimento de suas atividades docentes com ênfase na cultura afro.

Na quinta pergunta “Quais estratégias são utilizadas para trabalhar a cultura afro-brasileira nas aulas de história?”, no intuito de conhecer sua prática pedagógica, questionou-se conhecer como a colaboradora organizava as atividades para o tratamento da cultura afro nas aulas de História. Assim, obteve-se a seguinte resposta:

A própria história do quilombo, dos moradores, origem.

Ao utilizar essa estratégia, a História do quilombo de Murumurutuba, a colaboradora mostra como a cultura afro está presente no cotidiano dos alunos, pois a matéria de História pode oferecer as condições ideais para abordar essa estratégia na sua amplitude. Muitas vezes, os alunos conhecem variados contextos, mas pouco ou nada conhecem da própria comunidade, lugar onde residem e que mantém suas raízes de parentescos.

Na sexta pergunta “Como você aborda a história da comunidade lugar nas suas aulas?”, buscava-se conhecer como a história da comunidade é tratada em sala de aula. Assim, obteve-se a seguinte resposta:

Debate, pesquisa, produção textual, desenhos, árvores genealógicas.

Ao abordar a história da própria comunidade, a colaboradora cria um ambiente para o aluno perceber suas raízes, como também entender onde está inserida e sua trajetória, pois com essa atividade é possível estimular os discentes e sua identidade com a cultura afro-brasileira.

Na sétima pergunta “Em que ocasiões ou datas comemorativas você vê maior e menor atenção em relação à cultura afro-brasileira dentro da escola?”, buscou-se verificar em quais ocasiões a cultura era posta em destaque na instituição em que a colaboradora atua. Assim, obteve-se a seguinte resposta:

Maior atenção em novembro, na consciência negra, mas é trabalhado o ano todo.

Conforme a colaboradora, a cultura afro recebe maior atenção no mês de novembro, dedicado às atividades ligadas à Consciência Negra. Neste período, a escola, os alunos, os funcionários da escola e a comunidade se organizam para tratar da cultura afro e mostrar sua identidade negra por meio de apresentações de dança, teatro, rodas de capoeira etc.

Na oitava e antepenúltima “Você realiza projetos em paralelo as aulas regulares para tratar da cultura afro?”, pretendia-se conhecer de que forma o uso de projetos faz parte da prática pedagógica nas aulas de História. Assim, obteve-se a seguinte resposta:

Projetos não. Mas é colocado nos planejamentos das aulas.

Segundo a colaboradora, a mesma não utiliza projetos, porém procura trabalhar a cultura afro-brasileira no seu planejamento da disciplina História. Ou seja, a cultura afro é inserida de forma transversal e abordada ao longo das aulas.

Na nona e penúltima pergunta “A instituição escolar em que você atua oferece as condições necessárias para o tratamento adequado e de que forma a Secretaria Municipal de Educação (SEMED) contribui para sua formação continuada com foco na cultura afro-brasileira?”, buscou-se conhecer as condições oferecidas pela instituição de ensino para trabalhar a cultura afro na

sala de aula, e também como a SEMED atua na formação continuada. Assim, obteve-se a seguinte resposta:

A escola oferece sim atenção. A SEMED contribui com a formação continuada para professores quilombolas.

Conforme a colaboradora, a Escola “São Sebastião” oferece as condições necessárias para trabalhar a cultura afro na história, em relação a formação continuada, a SEMED contribui oferecendo aos docentes a atualização necessária para um exercício mais efetivo e significativo aos alunos da escola na qual atua.

Na décima e última pergunta “Na sua percepção, quais são os maiores obstáculos para um trabalho mais efetivo e dinâmico nas aulas de História no Ensino Fundamental?”, pretendia-se conhecer os obstáculos que na percepção da colaboradora dificultaria a atuação para um exercício mais atrativo. Assim, obteve-se a seguinte resposta:

Tem muitos alunos que ainda não se aceitam. Participação dos pais na escola, nas atividades nas tarefas dos filhos.

Na percepção da colaboradora, as dificuldades para um trabalho mais dinâmico, em relação a cultura afro, está a não aceitação dos alunos, pois esses recusam a participar das atividades com foco na cultura afro; outro fator está na ausência da participação dos pais na vida escola dos filhos, esse acompanhamento é relevante para auxiliar os filhos na trajetória escolar e também somar esforços ao trabalho da escola.

3. METODOLOGIA DO ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA EM SALA DE AULA: UMA PERSPECTIVA DA DESCOLONIZAÇÃO DOS CURRÍCULOS

Segundo Gomes (2017, p. 5)

Descolonizar os currículos é mais um desafio para a educação escolar. Muito já denunciámos sobre a rigidez das grades curriculares, o empobrecimento do carácter conteudista dos currículos, a necessidade de diálogo entre escola, currículo e realidade social, a necessidade de formar professores e professoras reflexivos e sobre as culturas negadas e silenciadas nos currículos.

Para que se possa compreender melhor a inclusão das relações etnicorraciais, no debate, sobre currículo e diversidade na educação brasileira, na perspectiva da pós-modernidade, Moreira (2008) afirma que:

O currículo constitui significativo instrumento utilizado por diferentes sociedades tanto para desenvolver os processos de conservação, transformação e renovação dos conhecimentos historicamente acumulados, como para socializar crianças e os jovens, segundo os valores tidos como desejáveis. Em virtude da importância desses processos, a discussão em torno do currículo assume cada vez mais lugar de destaque no saber pedagógico (MOREIRA, 2008, p. 11).

Assim, o currículo escolar para a ser a materialização da concepção de diversidade adotada pela sociedade, e essa atividade é expandida por meio da instituição escolar. infere-se, ainda, que a relação da escola com a questão de identidade negra, na prática cotidiana de professores na Educação Básica, ainda, é muito conflituosa, o que nos leva a reconhecer a complexidade existente entre a proposta pedagógica da escola e o contexto onde está inserida.

Conforme Gomes (2017, p. 02),

Vivemos um momento ímpar no campo do conhecimento. O debate sobre a diversidade epistemológica do mundo encontra maior espaço nas ciências humanas e sociais. É nesse contexto que a educação participa como um campo que articula de maneira tensa a teoria e a prática. Podemos dizer que, embora não seja uma relação linear, os avanços, as novas indagações e os limites da teoria educacional têm repercussões na prática pedagógica, assim como os desafios colocados por essa mesma prática impactam a teoria, indagam conceitos e categorias, questionam interpretações clássicas sobre o fenômeno educativo que ocorre dentro e fora do espaço escolar.

Sendo assim, pode-se verificar que essas preocupações fazem parte de um longo processo de práticas equivocadas, levando educadores – através de diferentes formas – a demonstrarem uma postura preconceituosa, reforçando a invisibilidade de alunos negros, passando muitas vezes pelo desenvolvimento de um conteúdo maniqueísta e sem perspectiva da diversidade.

Muitos teóricos afirmam, que é comum encontrar professores nas escolas públicas, que ainda atribuem às discussões antirracistas, à responsabilidade de outros estudiosos, como sociólogos, historiadores, psicólogos, e até mesmo militantes negros, como se não fosse tarefa da escola discutir a temática.

Isso demonstra uma incompreensão e desconhecimento, por parte de alguns educadores, sobre formação cultural no Brasil, perpassando a ideia única de que a função da escola é apenas transmissora de conteúdo, acumulados de forma linear e tradicional, pela História oficial.

Na contramão desse pensamento, Nascimento (2008) afirma que:

A educação escolar deve assumir a diversidade, significar, reconhecer e valorizar as diferenças etnicorraciais e, para isso, deve-se fazer escolhas curriculares e pedagógicas coerentes com essa perspectiva, o que mais que explicitar diferenças é colocar em discussão as relações de poder e criar condições de troca, e reciprocidade, reconhecimento e respeito ao outro (2008, p. 52).

Sendo assim, percebe-se que para trabalhar a educação escolar na perspectiva da diversidade cultural, significa desenvolver ações pedagógicas que possam ir além do simples conhecimento básico do cotidiano da escola, onde o educador possa se reconhecer e perceber, que em cada ser humano, em seu grupo familiar, existem características subjetivas, que o diferenciam de outros grupos sociais, ou seja, o processo de construção identitária de cada indivíduo seja na infância, adolescência seja na fase adulta, sobrepõe-se aos modelos de comportamentos reproduzidos socialmente.

A partir dessa linha de pensamento, Hall (2006) esclarece que:

A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falha de inteireza que é 'preenchida' a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros (HALL 2006, p. 39).

Ao refletir sobre a proposta de currículo escolar, sob a ótica da diversidade étnico racial, defronta-se com alguns conceitos ainda arraigados na educação tradicional, excludente, permeada de alguns equívocos, presentes na prática educacional das escolas. Essa negligência serviu de parâmetro, para incentivar algumas produções historiográficas de cunho oficial, inviabilizando a valorosa contribuição dos conhecimentos africanos no currículo escolar.

De acordo com esse pensamento, Carvalho (2008) considera que:

A instituição escolar refletiu, em sua estrutura organizacional pedagógica e administrativa a visão etnocêntrica, tendo como base o determinismo positivista do século XIX e, desta forma, espalhou práticas discriminatórias e racistas pelo espaço social (CARVALHO, 2008, p.208).

Isto implica dizer que tal reflexão, portanto, dissemina um pensamento educacional voltado exclusivamente para a análise de privilégios da classe dominante e o silenciamento da cultura afro-brasileira. Desse modo, ressalta-se que a implementação da Lei 10.639/03 e 11.645/08 trouxe, como proposta educacional, a construção de um currículo aberto e inovador, possibilitando e a reorganização e reconstrução de uma proposta pedagógica democrática e humana para uma escola, entendendo a diversidade étnicorracial, como um referencial ético, para que possa haver uma melhor aceitação das diferenças.

Dessa maneira, tais ações colaboram para um exercício efetivo da práxis pedagógica profissional, voltada para um modelo de escola plural, entendida como um espaço de valorização das múltiplas linguagens. Isto retroalimenta a condição de conduzir o processo ensino aprendizagem, como possibilidades de ressignificar a construção de saberes significativos para os alunos.

No tocante a isso, entende-se que essa é uma das maneiras que o professor, promotor de um currículo antirracista, poderá desenvolver na escola utilizando-se de estratégias e metodologias de ensino, que contemple uma educação menos discriminatória e mais humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta desse estudo foi refletir sobre o trabalho pedagógico em sala de aula com a História e a cultura afro-brasileira, fazendo análise através de bibliografias e pesquisa de campo na Escola “São Sebastião” para ver como está sendo aplicado o ensino da cultura afro-brasileira nas escolas, quais são as dificuldades encontradas pelos discentes e docentes no ambiente de escolar, desde que a lei 10.639/03 e 11.645/08 foi colocada em vigor.

Percebe-se que a escola precisa-se implantar novas estratégias para que a lei não fique apenas no papel; após a realização do estudo, percebe-se que as dificuldades da aplicação da lei 10.639/03 e 11.645/08 está relacionada basicamente a três fatores: despreparo e desconhecimento dos professores

com relação ao tema; pouco material de estudos produzidos sobre a História e cultura dos afro-brasileiros no Brasil, e preconceitos de algumas instituições.

A partir do que foi constatado é interessante aplicar estratégias de luta contra o racismo e contra o preconceito. Os gestores de ensino nas escolas devem incentivar pais e professores a discutir as bases curriculares dos projetos pedagógicos das escolas, levando em conta as temáticas previstas pela lei. Também é recomendado que as escolas procurem formas de pedir financiamento para Ministério da Educação, prevendo, por exemplo, a disponibilidade de obras para qualificar os projetos pedagógicos da instituição de ensino.

REFERÊNCIAS

FONSECA, V. M. **A arte de construir o invisível: O Negro na Historiografia Educacional Brasileira**. SBHE. Ed. Autores Associados. Jan/Abr. Ano 2007. Nº 13. São Paulo.

GOMES, N. L. **Relações Étnico-Raciais, Educação e Descolonização dos Currículos**. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/11/currículo-e-relações-raciais-nilma-lino-gomes.pdf>. Acesso em: 10 out. 2017

HALL, S. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**: tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro-11. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

KRONBAUER, S., C. G.; STROHER, M. J. (Org.), **Educar para a Convivência na Diversidade**: Desafio à Formação de Professores. São Paulo: Paulinas, 2009.

MEC/SECAD. W, C. **O Racismo através da História**: da antiguidade à modernidade. S. Paulo, 2007.

MEKSENAS, P. **Sociologia da Educação**: Introdução ao Estudo da Escola no Processo de Transformação Social. São Paulo. Edições Loyola, 2005.

MOREIRA, A. F. B. (Org.) **Currículo: Questões atuais**. Campinas, São Paulo, 2008. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico)

MUNANGA, K. (Org.). **Superando o Racismo na Escola**. Brasília. 2ª Edição. MEC. SECAD. 2008.

_____. **Estratégias e Políticas de Combate à Discriminação Racial**: São Paulo: USP. 1996.

NASCIMENTO, E. L. (Org.). **Cultura em Movimento**. Matrizes africanas e ativismo negro no Brasil. (Sankofa: cultura brasileira-2) São Paulo, Selo Negro, 2008.

PCNs. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

RIBEIRO, C. D. **O Éthos do Sujeito Negro na Literatura Brasileira**. Estudos Semióticos. Dietrich. Número 4, São Paulo, 2008

SECAD/MEC. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Etnicorraciais**. Brasília. 2006.

SECAD/ MEC. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília, 2005.

SOUZA, S. F. de.; OLIVEIRA, M. A. M. **Políticas para a Inclusão**: Ênfase na Formação de docência. In: 32ª Reunião Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Educação, 2009, Caxambu, MG.

VANNUCCHI, A. **Cultura Brasileira**: O que é, como se faz. Edições Loyola. Universidade de Sorocaba. 4. ed. São Paulo: Brasil, 1999.